



Desigualdade e Pobreza em Portugal: Evolução Recente

Carlos Farinha Rodrigues

ISEG / Universidade de Lisboa
carlosfr@iseg.ulisboa.pt

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento



■ **Objectivos:**

- ☐ **Caracterizar a distribuição do rendimento em Portugal;**
- ☐ **Evidenciar os principais aspectos da desigualdade dos rendimentos, da pobreza económica e da exclusão social no nosso país;**
- ☐ **Proceder a uma avaliação rigorosa, e tão aprofundada quanto a informação estatística disponível o permite, das consequências sociais de uma das mais profundas crises que Portugal atravessou nas últimas décadas, e analisar, sempre que possível, as medidas implementadas pelas autoridades públicas para lhes fazer frente;**



■ Objectivos:

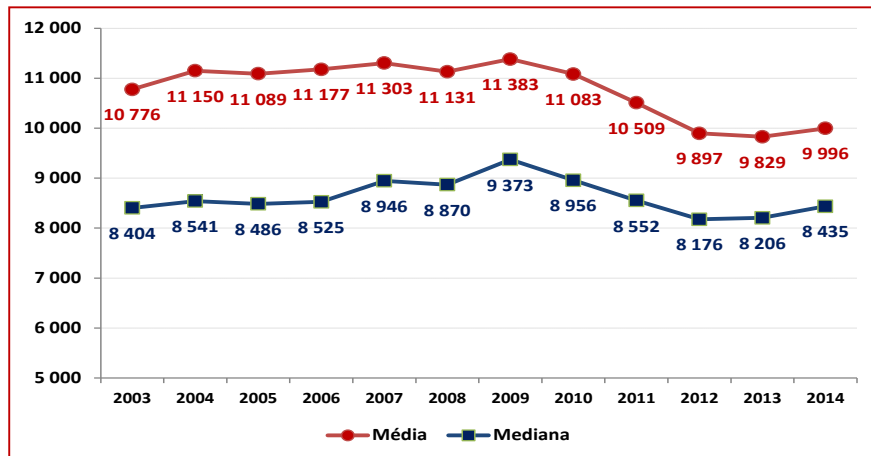
- ❑ Analisar a eficácia e a eficiência das principais medidas implementadas sobre a distribuição do rendimento, a desigualdade social e pobreza;
- ❑ A identificação das famílias e dos indivíduos que mais profundamente foram afectados pela actual crise e pelas políticas de resposta à crise implementadas;
- ❑ Sugerir medidas alternativas que possibilitem uma maior eficácia das políticas redistributivas, a redução das desigualdades e da pobreza e o reforço da coesão social.



A redução dos rendimentos familiares !



Evolução Real do Rendimento Disponível por Adulto Equivalente (euros/ano), 2003 -2014

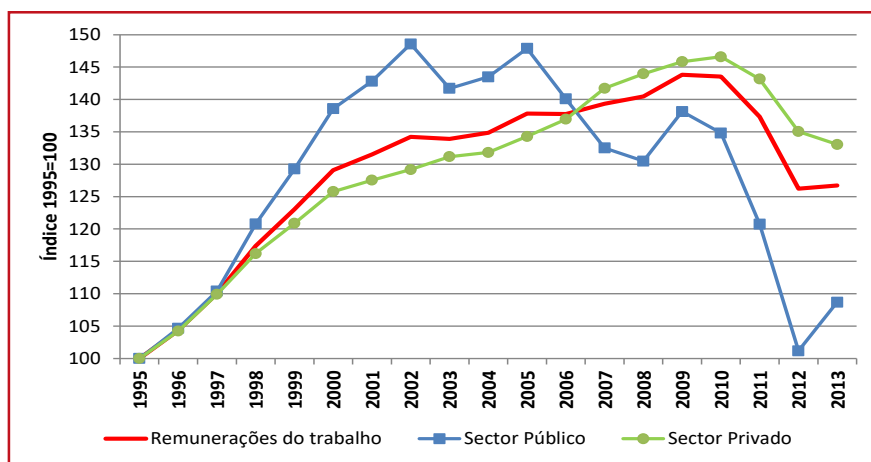


Fonte: INE, ICOR 2004 a 2015, Valores a preços de 2014.

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 5



Evolução das Remunerações do Trabalho (1995=100)



Fonte: Banco de Portugal (2014).

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 6



Evolução do Rendimento Médio por Adulto Equivalente por decis, 2003 - 2009 - 2014

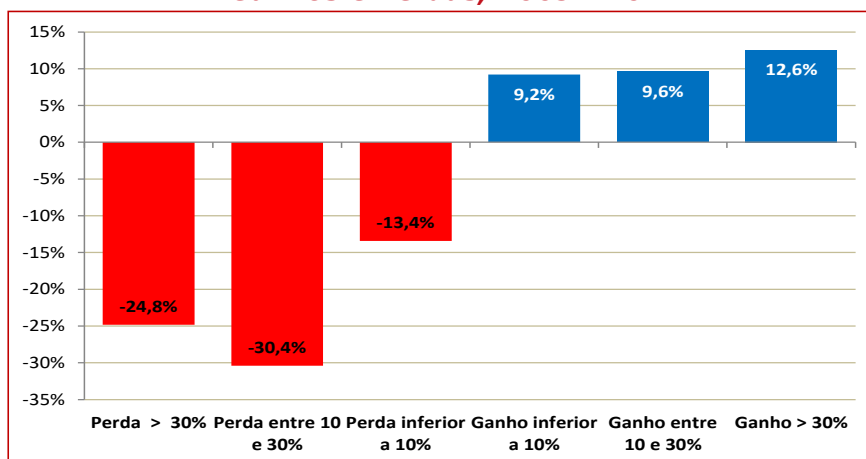
Euros/Ano	2003	2009	2014	Variação 2003-2009	Variação 2009-2014
1º decil	2572	3292	2469	22 %	- 25 %
2º decil	4398	5206	4402	16 %	- 16 %
3º decil	5527	6452	5704	14 %	- 12 %
4º decil	6657	7507	6760	11 %	- 10 %
5º decil	7825	8688	7844	10 %	- 10 %
6º decil	9017	10079	8988	11 %	- 11 %
7º decil	10573	11623	10329	9 %	- 11 %
8º decil	12721	13685	12137	7 %	- 11 %
9º decil	16831	17056	15185	1 %	- 11 %
10º decil	31594	30177	26127	- 5 %	- 13 %
Total	10776	11383	9996	5 %	- 12 %

Fonte: INE, ICOR 2004, 2010 e 2015. Valores a preços de 2014.

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 7



Evolução do Rendimento Equivalente Ganhos e Perdas, 2009 - 2012



Fonte: INE, ICOR Longitudinal 2010-2013.

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 8

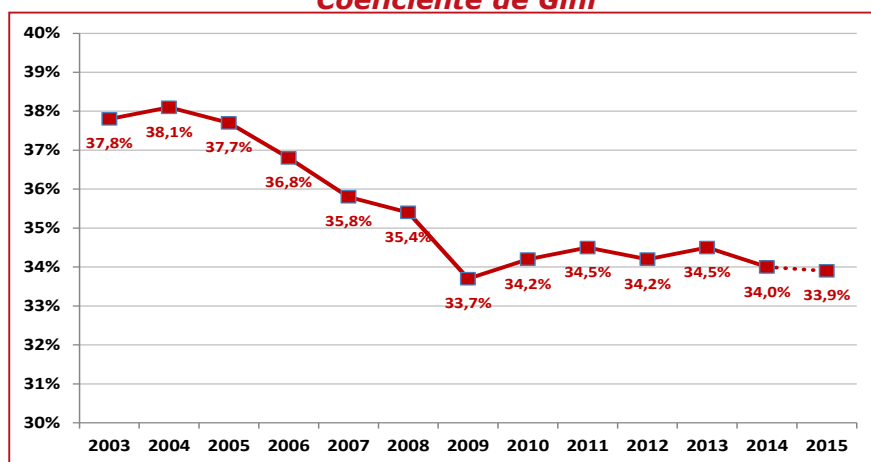


O que aconteceu à desigualdade...

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 9



Evolução da Desigualdade (2003 – 2015) Coeficiente de Gini

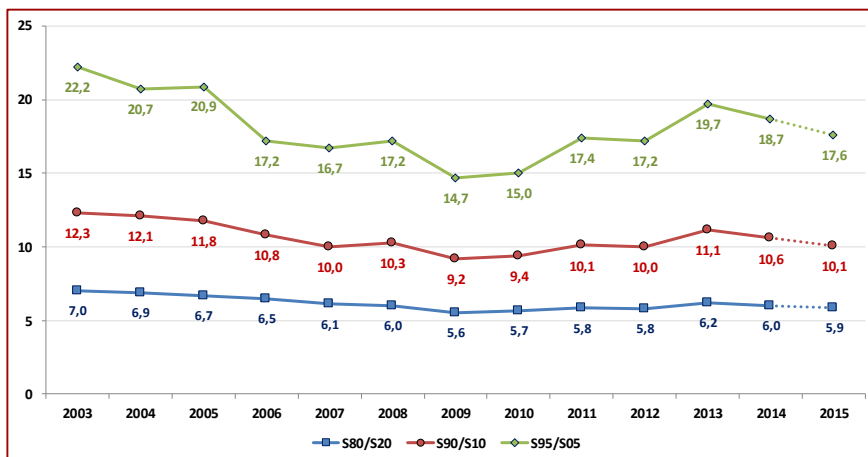


Fonte: INE, ICOR 2004 a 2016.

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 10



Evolução da Desigualdade (2003 – 2015)



Fonte: INE, ICOR 2004 a 2015.

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 11

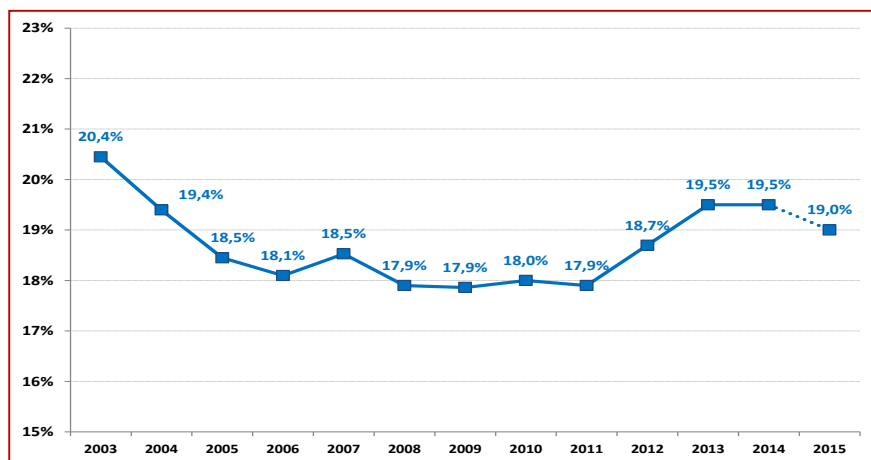


**O que mudou nos
indicadores de pobreza.**

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 12



Evolução da Incidência da Pobreza (2003-2015)

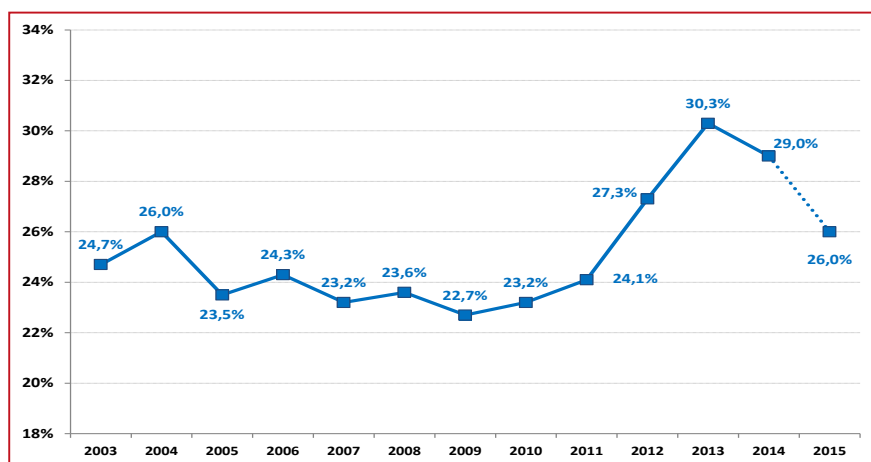


Fonte: INE, ICOR 2004-2016

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 13



Evolução da Intensidade da Pobreza (2003-2015)

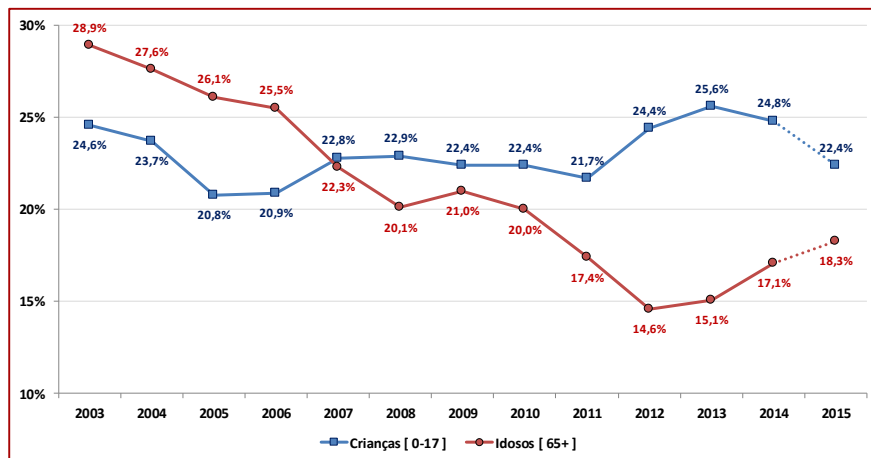


Fonte: INE, ICOR 2004-2016

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 14



Evolução da Incidência da Pobreza por Grupos Etários (2003-2015)

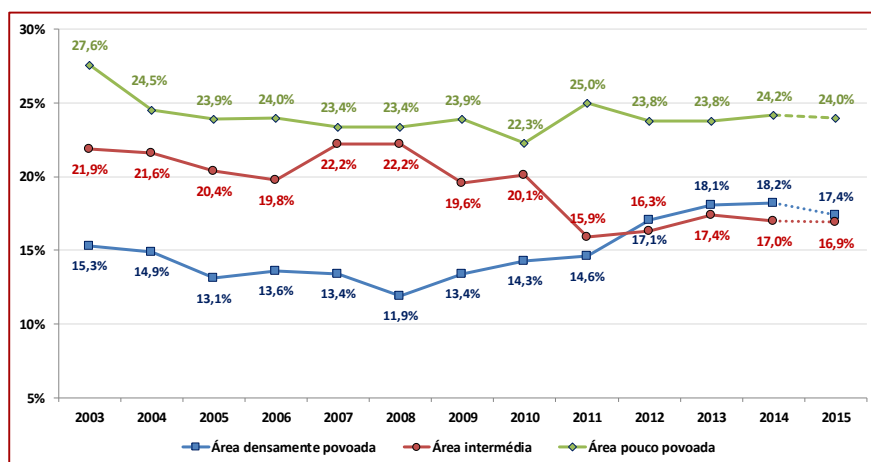


Fonte: INE, ICOR 2004-2016

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 15



Evolução da Incidência da Pobreza por Grau de Urbanização (2003-2015)

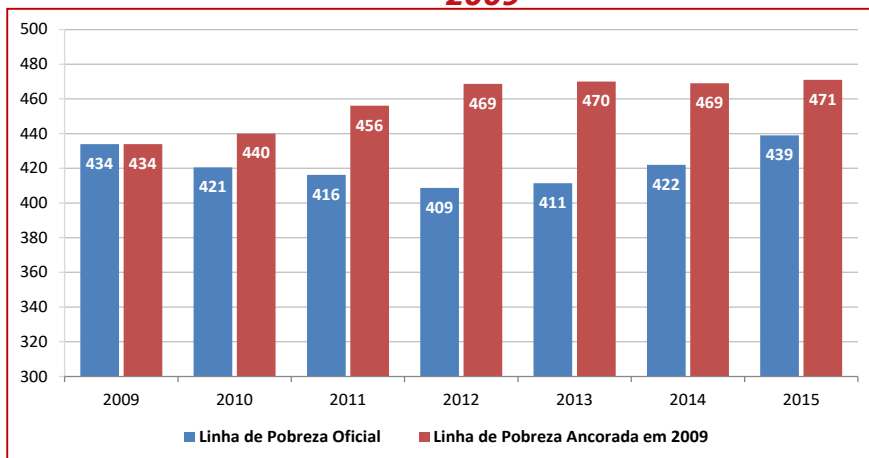


Fonte: INE, ICOR 2004-2016

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 16



Linha de Pobreza Oficial e Linha de Pobreza Acorada em 2009

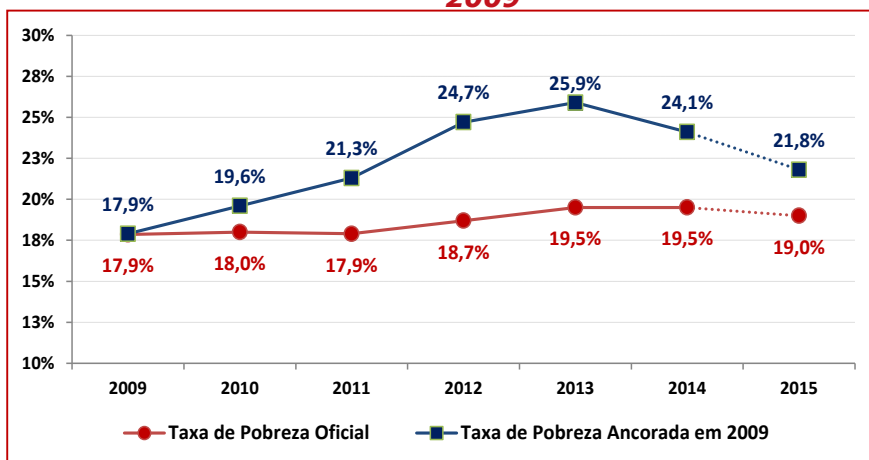


Fonte: INE, ICOR 2010 a 2016.

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 17



Linha de Pobreza Oficial e Linha de Pobreza Acorada em 2009



Fonte: INE, ICOR 2010 a 2016.

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 18



Quais as famílias e os indivíduos mais vulneráveis à pobreza?

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 19



Indicadores de pobreza por escalão etário, 2015 (%)

	Taxa de Pobreza	Intensidade de Pobreza	Distribuição da População Pobre
0 – 17 anos	22,4	28,7	20,6
18 – 64 anos	18,2	29,3	59,5
65 e mais anos	18,3	18,0	19,9
Total	19,0	26,6	100,0

Fonte: INE, ICOR 2016.

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 20



Indicadores de pobreza por grau de urbanização, 2015 (%)

	Taxa de Pobreza	Intensidade de Pobreza	Distribuição da População Pobre
Área densamente povoada	17,4	26,1	40,5
Área intermédia	16,9	26,0	26,1
Área pouco povoada	24,0	28,4	33,4
Total	19,0	26,6	100,0

Fonte: INE, ICOR 2016.



Indicadores de pobreza por tipo de família, 2015 (%)

	Taxa de Pobreza	Intensidade de Pobreza	Distribuição da População Pobre
Um adulto sem crianças	26,3	25,3	12,0
Dois adultos com idade <65	16,0	34,1	8,5
Dois adultos pelo menos um com >65	16,4	16,9	11,6
Outras famílias sem crianças	12,8	26,6	11,4
Família monoparental	31,6	29,7	7,1
Dois adultos com uma criança	15,0	29,0	12,8
Dois adultos com duas crianças	17,0	30,4	14,0
Dois Adultos com três ou mais crianças	42,7	26,3	7,3
Outras famílias com crianças	24,9	28,8	15,5
Famílias sem crianças dependentes	16,8	23,4	43,4
Famílias com crianças dependentes	21,0	29,0	56,6
Total	19,0	26,6	100,0

Fonte: INE, ICOR 2016.



Indicadores de pobreza por condição perante o trabalho, 2015 (%)

	Taxa de Pobreza	Intensidade de Pobreza	Distribuição da População Pobre
Empregado	10,9	23,4	29,9
Desempregado	42,0	36,1	23,0
Reformado	16,0	16,9	23,2
Outros Inactivos	31,2	31,1	23,8

Fonte: INE, ICOR 2016.

Nota: Nos cálculos deste quadro consideram-se exclusivamente as pessoas com 18 e mais anos.



Indicadores de pobreza por nível de escolaridade completo, 2015 (%)

	Taxa de Pobreza	Intensidade de Pobreza	Distribuição da População Pobre
Inferior ao 1º ciclo E.B.	53,8	35,3	7,8
1º e 2º ciclo E.B.	28,3	29,5	50,6
3º ciclo E.B.	20,2	27,7	26,6
Secundário	10,4	24,1	8,2
Pós Secundário	10,0	24,6	0,5
Ensino Superior	5,0	29,8	6,4

Fonte: INE, ICOR 2016.

Nota: Nos cálculos deste quadro consideram-se exclusivamente as pessoas entre os 18 e 64 anos.



■ Quem eram os pobres em 2015?

- ☐ 54% da população pobre era do sexo feminino;
- ☐ 21% eram crianças com menos de 18 anos;
- ☐ 20% eram idosos;
- ☐ 57% dos indivíduos em situação de pobreza viviam em agregados familiares com crianças;
- ☐ 20% eram desempregados com mais de 18 anos;
- ☐ 23% eram reformados;
- ☐ 59% pertenciam a famílias cujo indivíduo de referência possuía um baixo nível de instrução, não tendo obtido mais do que o 2º ciclo do ensino obrigatório.
- ☐ 41% vivia em grandes centros urbanos.



O papel das políticas redistributivas...



Prestações Sociais em % do PIB

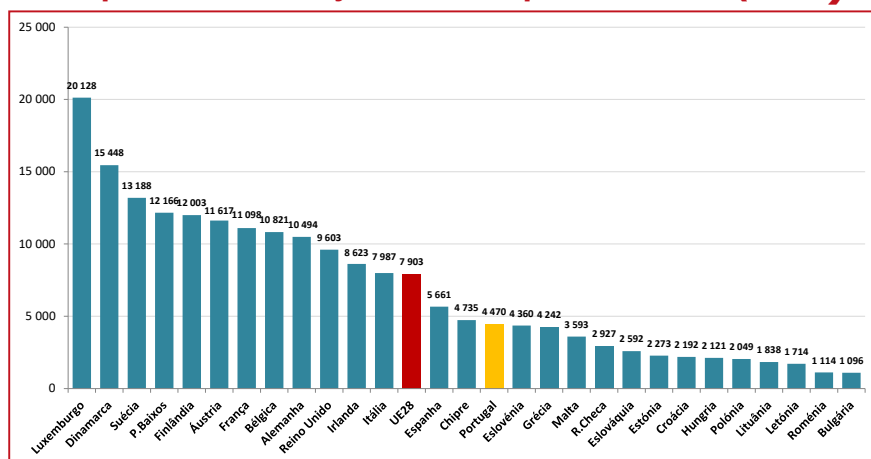
	Portugal			União Europeia		
	2003	2009	2014	2003	2009	2014
Pensões Velhice	8,3	10,7	12,8	9,7	10,6	11,1
Pensões Sobrevivência	1,5	1,8	1,9	1,7	1,6	1,6
Saúde	6,1	7,0	6,1	7,2	8,0	8,1
Invalidez	2,4	2,0	1,9	2,1	2,1	2,0
Família/crianças	1,4	1,4	1,2	2,1	2,4	2,4
Desemprego	1,2	1,3	1,5	1,6	1,7	1,4
Habitação	0,0	0,0	0,0	0,5	0,6	0,6
Exclusão Social	0,3	0,3	0,2	0,4	0,5	0,5
Sem Condição de Recursos	19,3	22,0	23,4	22,7	24,4	24,5
Com Condição de Recursos	1,9	2,5	2,1	2,6	3,1	3,1
Total	21,2	24,5	25,5	25,3	27,5	27,6

Fonte: Eurostat, ESSSPROS

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 27



Despesa em Prestações Sociais por habitante (2014)

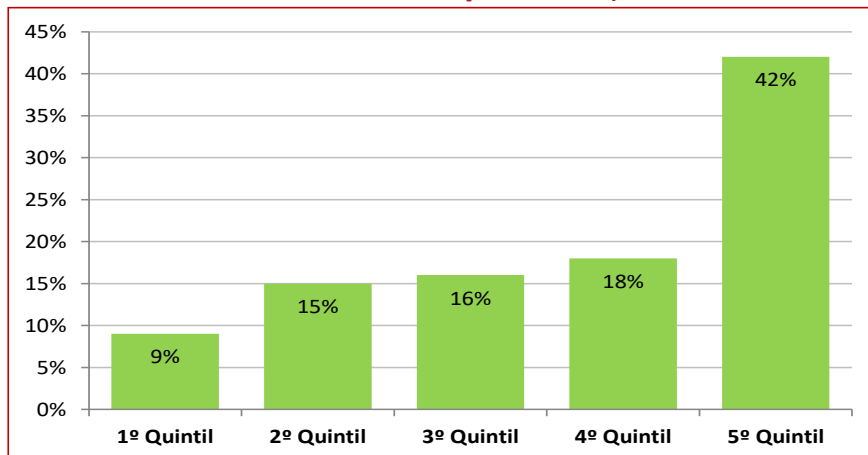


Fonte: Eurostat, ESSSPROS. Valores anuais por habitante em euros

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 28



Distribuição das Prestações Sociais por Quintis do Rendimento Equivalente, 2014

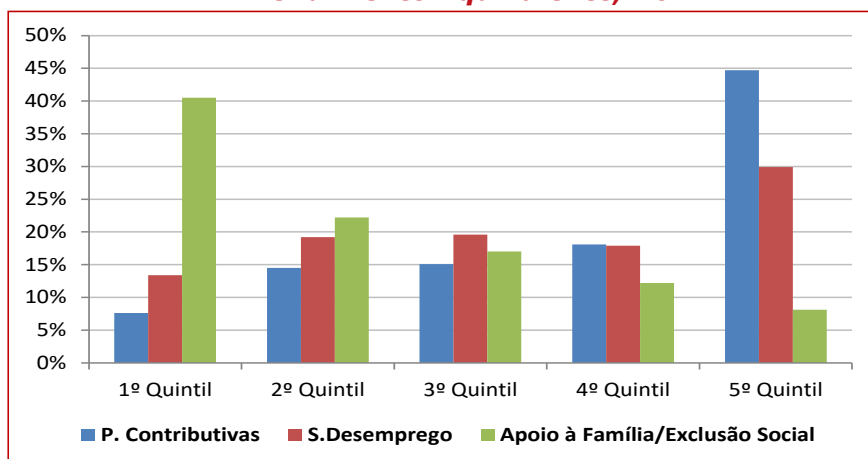


Fonte: INE, ICOR 2015.

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 29



Distribuição das Prestações Sociais por Quintis do Rendimento Equivalente, 2014



Fonte: INE, ICOR 2015.

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 30



Eficácia das transferências sociais na redução da incidência da pobreza

	2003	2009	2014
Incidência antes Pensões e Trx. Sociais	41,3 %	43,4 %	47.8 %
Incidência antes Trx. Sociais	26,5 %	26,4 %	26.4 %
Efeito Redutor 1	- 35,8 %	- 39,2 %	- 44,8 %
Incidência da Pobreza	20,4 %	17,9 %	19.5 %
Efeito Redutor 2	- 23,0 %	- 32,2 %	-26,1 %

Fonte: INE, ICOR 2004, 2010 e 2015.



■ Rendimento Mínimo e Limiar de Pobreza

Valores em euros/mês	2003	2006	2009	2013
Linha de Pobreza (indivíduo só)	346	379	434	411
Valor do Rendimento Mínimo (RSI)	146	172	187	190
RSI /LP	42.2%	45.4%	43.1%	46.1%
Linha de Pobreza (casal 2 filhos)	726	795	911	863
Valor do Rendimento Mínimo (RSI)	438	515	562	398
RSI /LP	60.3%	64.8%	61.6%	46.1%

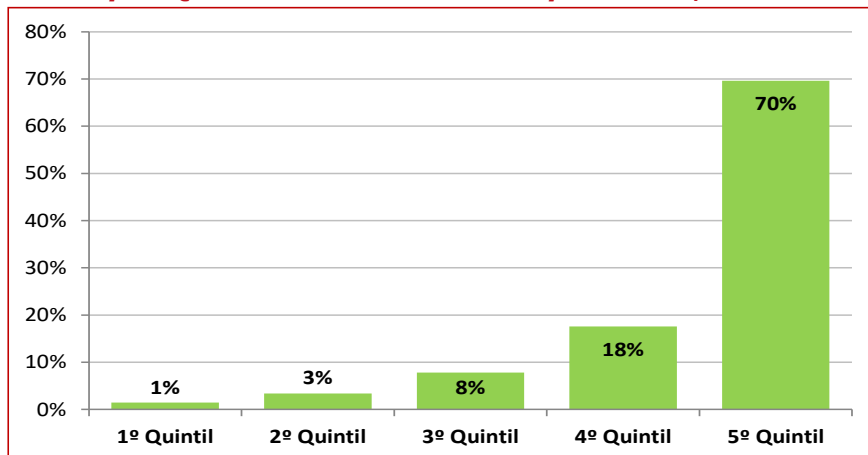


Ninguém deixa de ser pobre por receber o RSI.



O RSI reduz a intensidade da pobreza.

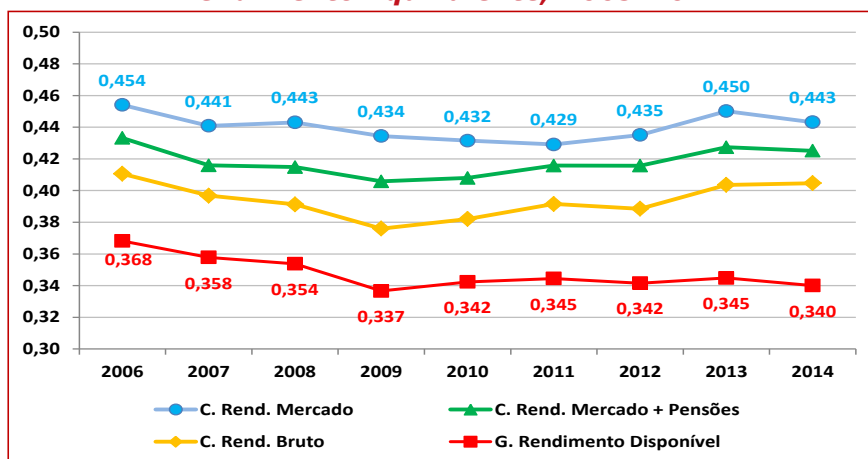
Distribuição dos Impostos Directos por Quintis do Rendimento Equivalente, 2014



Fonte: INE, ICOR 2015.

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 33

Índices de Concentração e Coeficiente de Gini do Rendimento Equivalente, 2009-2014



Fonte: INE, ICOR 2010-2015.

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 34



Eficácia e Eficiência das Transferências Sociais e Impostos Directos sobre a Desigualdade, 2006-2009-2014

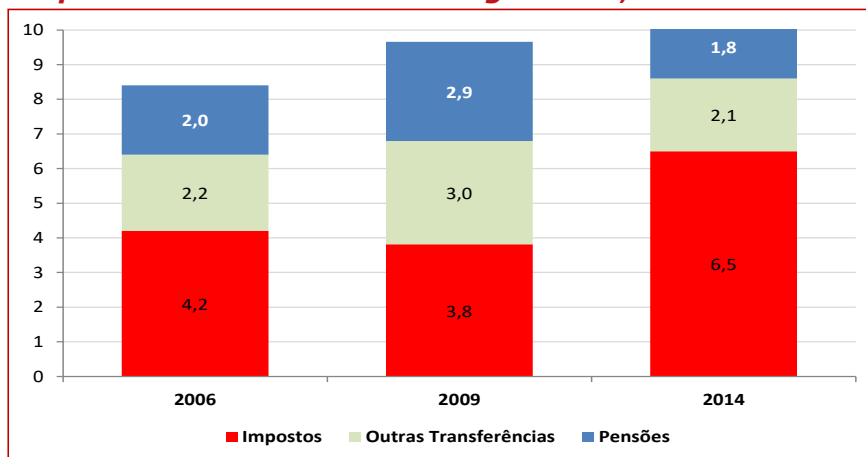
	2006	2009	2014
Eficácia das Pensões	0,020	0,029	0,018
Dimensão das Pensões	0,181	0,188	0,238
Eficiência das Pensões	0,112	0,152	0,076
Eficácia das Outras Transferências	0,022	0,030	0,021
Dimensão das Outras Transferências	0,048	0,055	0,051
Eficiência das Outras Transferências	0,466	0,542	0,403
Eficácia dos Impostos	0,042	0,039	0,065
Dimensão dos Impostos	0,182	0,247	0,356
Eficiência dos Impostos	0,230	0,159	0,182

Fonte: INE, ICOR 2007, 2010 e 2015.

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 35



Efeitos Redutores das Pensões, Transferências Sociais e Impostos Directos sobre a Desigualdade, 2006-2009-2014



Fonte: INE, ICOR 2007, 2010 e 2015.

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 36



O que é necessário fazer?

- **Aumentar a eficácia e a eficiência das políticas redistributivas.**
- **Reduzir a desigualdade e reforçar a coesão social.**
- **Implementar uma estratégia nacional de combate à pobreza e à exclusão social.**



■ Aumentar a eficácia e a eficiência das políticas redistributivas

- ❑ **Os resultados apresentados demonstram que a eficácia redistributiva das prestações sociais é limitada, condicionada como é pelo forte peso das pensões contributivas no conjunto das prestações sociais e o diminuto peso de medidas directamente dirigidas ao combate às situações de maior precariedade social e às famílias mais desprotegidas.**
- ❑ **As políticas públicas implementadas como resposta à crise no período 2010-2014 agravaram essa situação ao reduzirem de forma drástica os apoios sociais pré-existentes precisamente no momento em que estes se tornavam mais necessários.**



■ Aumentar a eficácia e a eficiência das políticas redistributivas

- ❑ Inverter essa situação implica o desenvolvimento de políticas que promovam o emprego e o crescimento económico, conjuntamente com um sistema de protecção social mais eficiente no apoio aos indivíduos e famílias que dele efectivamente carecem.
- ❑ A reconfiguração do sistema de segurança social, em particular do sistema de benefícios assente em condição de recursos, constitui um elemento chave para evitar desperdícios e fraude, mas garantindo simultaneamente uma verdadeira eficácia na contenção das situações de pobreza extrema.

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 39



■ Aumentar a eficácia e a eficiência das políticas redistributivas

- ❑ O actual sistema de protecção às famílias e aos indivíduos em situação de maior precariedade social está distribuído por um largo conjunto de programas que constituem no seu todo um mosaico fragmentado com áreas de sobreposição que tornam difícil a sua monitorização, facilitam a existência de fraude e dificultam ganhos de eficácia e de eficiência.
- ❑ Uma redefinição, harmonização e eventual integração de muitas das prestações sociais existentes permitiria não somente ganhos em termos de eficácia e de eficiência como também a poupança de recursos que poderiam ser aplicados no aumento de alguns benefícios sociais directamente dirigidos à população mais desprotegida.

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 40



■ Aumentar a eficácia e a eficiência das políticas redistributivas

- ❑ A identificação clara dos destinatários de cada medida é fundamental de forma a garantir-se uma eficácia efectiva na sua aplicação.
- ❑ O acentuar das políticas baseadas em condição de recursos e a identificação clara dos destinatários das políticas sociais devem ser claramente uma prioridade para uma política de combate à pobreza e à exclusão social num contexto de fortes restrições orçamentais.



■ Aumentar a eficácia e a eficiência das políticas redistributivas

- ❑ A simplificação das medidas e uma melhor definição do seu *targeting* deve ser complementada com um aumento da transparência e da informação quanto aos seus objectivos, instrumentos e resultados. Somente assim será possível a consensualização das medidas a implementar e o combate ao *non-take-up*.



■ Reduzir a desigualdade, reforçar a coesão social

- A exigência de uma política económica que promova a redução das desigualdades coloca-se não somente como uma questão de justiça social mas igualmente enquanto elemento constituinte da reivindicação de um modelo de desenvolvimento que tenha em conta as necessidades de todos os elementos da sociedade, a valorização do trabalho e um modelo de funcionamento da economia que seja simultaneamente mais eficiente e mais justo.



■ Reduzir a desigualdade, reforçar a coesão social

- Uma política que reduza as desigualdades económicas e sociais pressupõe medidas que atendam também à necessária correcção da desigualdade na repartição funcional do rendimento, estabelecendo regras de repartição dos excedentes entre investidores e trabalhadores.
- Para tal é necessário assumir-se claramente que o processo de criação de riqueza e da sua distribuição não são compartimentados no tempo e sequenciais mas sim um processo simultâneo que define a natureza do próprio modelo económico



■ Reduzir a desigualdade, reforçar a coesão social

- ❑ Uma política que reduza as desigualdades económicas e sociais pressupõe igualmente a valorização do trabalho, rejeitando um modelo de desenvolvimento assente nos baixos salários e na subordinação dos direitos dos trabalhadores no quadro das relações laborais.
- ❑ Uma política que reduza as desigualdades económicas e sociais pressupõe uma intervenção activa do Estado enquanto elemento corrector das insuficiências do mercado em matéria de equidade quer através do aumento da abrangência do sistema fiscal evitando a fraude e a evasão e fiscal, quer pela manutenção ou mesmo pelo acentuar da sua progressividade

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 45



■ Implementar uma estratégia nacional de combate à pobreza e à exclusão social

- ❑ Portugal encontra-se hoje perante desafios importantes que passam também pela forma como os poderes públicos encaram o fenómeno da pobreza e da inclusão social.
- ❑ Ou se mantem o processo de empobrecimento e deterioração das condições de vida de largos sectores da população ou se opta por um processo integrado de reversão da actual situação, promovendo o apoio e a integração dos mais pobres e assegurando um crescimento mais integrado e inclusivo.

Conferências de Arouca: Repartição dos rendimentos, património e desenvolvimento 22/04/2017 46



■ Implementar uma estratégia nacional de combate à pobreza e à exclusão social

- As medidas já implementadas pelo actual governo de corrigir algumas das políticas mais directamente associadas ao agravamento recente da pobreza em Portugal são um passo necessário mas claramente insuficiente para inverter a actual situação.
- Terminada a fase das correcções pontuais é necessário encarar o combate à pobreza e à exclusão social no quadro de uma **estratégia global** que defina objectivos, metas quantificáveis a alcançar e os instrumentos da sua concretização.



■ Implementar uma estratégia nacional de combate à pobreza e à exclusão social

- Uma **estratégia nacional de combate à pobreza e à exclusão social** deve ter como preocupação fundamental as crianças e os jovens em situação de pobreza definindo medidas de apoio às crianças e às famílias em que estas estão inseridas de forma a atenuar ou mesmo eliminar os mecanismos que sustentam a transmissão intergeracional da pobreza.



■ Implementar uma estratégia nacional de combate à pobreza e à exclusão social

- ❑ Uma estratégia nacional de combate à pobreza e à exclusão social requer medidas de carácter transversal e a avaliação dos efeitos (positivos e/ou negativos) que cada política poderá ter sobre a pobreza e a exclusão.
- ❑ Uma estratégia nacional de combate à pobreza e à exclusão social exige alterações profundas nas prioridades que presidem à noção de desenvolvimento e consequentemente do investimento e da despesa pública.



■ Implementar uma estratégia nacional de combate à pobreza e à exclusão social

- ❑ Uma estratégia nacional de combate à pobreza e à exclusão social obriga a uma política concertada de combate às desigualdades sociais.
- ❑ Uma estratégia nacional de combate à pobreza e à exclusão social necessita de um organismo independente que avalie o impacto das políticas públicas com incidência nos diferentes indicadores de pobreza e de exclusão social.



Desigualdade e Pobreza em Portugal: Evolução Recente

Obrigado pela vossa atenção!

